



V - POLÍTICA EXTERIOR E SOBERANIA

2007

1. Política Exterior

O Brasil está empenhado em diversificar parcerias e aproximar-se do mundo em desenvolvimento, mantendo ao mesmo tempo os tradicionais vínculos com os países desenvolvidos.

A prioridade da política externa brasileira em 2006 continuou sendo a integração da América do Sul. A Cúpula África-América do Sul, realizada na Nigéria, em novembro, foi um marco nas relações Sul-Sul e na afirmação da identidade internacional da Comunidade Sul-Americana de Nações (CASA). Na III Reunião de Chanceleres, no Chile, foi assinado Acordo de Isenção de Vistos de Turista e Habilitação de Documentos de Identidade para o ingresso em países sul-americanos, bem como para o trânsito entre eles.

O Mercosul foi ampliado com o ingresso da Venezuela como membro pleno, em julho de 2006. Com a nova adesão, o bloco passa a ter mais de 250 milhões de habitantes, uma área de 12,7 milhões de km², um PIB superior a US\$ 1 trilhão e um comércio global superior a US\$ 300 bilhões. O Brasil exerceu, durante o segundo semestre, a Presidência Pro Tempore do Mercosul (PPTB). Logrou-se avançar na elaboração do Código Aduaneiro do Mercosul, na interconexão informática dos serviços aduaneiros dos Estados Partes e na definição de esquema para a distribuição da renda aduaneira. Foram elaborados planos estratégicos para a Ação Social e o Desenvolvimento e Integração Produtiva do Mercosul. O Brasil deu início ao Projeto do Fundo Mercosul de Apoio à Integração Produtiva de Pequenas, Médias e Microempresas, e propôs o estabelecimento de grupo de trabalho para formular um programa de cooperação na área de biocombustíveis e suas tecnologias. A fim de reduzir as assimetrias no bloco, os Estados ratificaram o Fundo de Convergência Estrutural do Mercosul (Focem). O Brasil efetuou contribuição no valor de R\$ 77 milhões. O Parlamento do Mercosul foi instalado em dezembro de 2006, em Sessão Solene do Senado Federal. Trata-se de órgão independente, representativo dos povos do Mercosul, com sede em Montevidéu.

Em março de 2006, aconteceu, no Rio de Janeiro, a III Reunião da Comissão Mista Trilateral do Fórum IBAS (Índia, Brasil e África do Sul). Em setembro, em Brasília, houve a I Cúpula de Chefes de Estado e Governo do IBAS, ocasião em que foram assinados diversos acordos e iniciadas consultas para uma área de livre comércio trilateral Mercosul-Índia-SACU (União Aduaneira da África Meridional).

Teve lugar, em Nova Iorque, à margem da Assembléia Geral da ONU, o primeiro encontro informal entre os Chanceleres do BRICs (Brasil, Rússia, Índia e China). No plano bilateral, registre-se a assinatura de Memorando de Entendimento com a China, incluindo acordos de autolimitação das exportações chinesas nos setores têxtil e de brinquedos. A assinatura de Acordo de Proteção Mútua de Tecnologia entre o Brasil e a Rússia, em dezembro, contribuirá para o desenvolvimento do Veículo Brasileiro Lançador de Satélites. Atenção especial também foi dada à implementação das decisões da primeira Cúpula América do Sul-Países Árabes, que o Brasil sediou em 2005. Foram abertos três portais na internet e desenvolvidas ações de aproximação cultural. A exposição de fotografias “AMRIK - Presença Árabe na América do Sul” foi exibida em várias importantes cidades árabes e sul-americanas, em Madri e Nova Iorque. Foram também aprovados os termos para um Acordo de Livre Comércio entre o Mercosul e o Conselho de Cooperação do Golfo.

Em julho de 2006, o Presidente da República participou, em São Petesburgo, a convite do Governo russo, do diálogo ampliado da Cúpula do G-8. Concluiu-se vantajoso acordo com a União Européia para a definição de quotas para carne de aves, superando

largamente o volume exportado em 2005. O acordo firmado com o Japão, relativo à TV digital, deverá propiciar a criação de um sistema híbrido, que ajustará o padrão original japonês às características brasileiras.

Em dezembro de 2006, o Congresso norte-americano renovou o Sistema Geral de Preferências (SGP) por dois anos, mantendo o Brasil como beneficiário. Avançou-se, do mesmo modo, no diálogo Brasil-Estados Unidos sobre cooperação em energia e biocombustíveis.

Desde 2004, o Brasil detém o comando militar da Missão de Estabilização das Nações Unidas no Haiti (Minustah), contribuindo com 1.200 militares. Em 2006, a Companhia de Engenharia Brasileira realizou obras importantes para a recuperação da infraestrutura haitiana. O Governo brasileiro contribuiu decisivamente para o transcurso pacífico da eleição presidencial no Haiti.

Na Organização das Nações Unidas (ONU), o Brasil foi eleito para ocupar assentos em dois órgãos recém-criados: o Conselho de Direitos Humanos e a Comissão de Construção da Paz. Na área de desarmamento e não-proliferação, teve lugar em junho, em Brasília, a 16ª Reunião Plenária do Grupo de Supridores Nucleares. O Brasil condenou os testes nucleares realizados pela República Democrática Popular da Coreia e conclamou aquele país a reintegrar-se ao Tratado de Não-Proliferação Nuclear (TNP).

Na Organização Mundial do Comércio (OMC), deu-se continuidade aos esforços, junto com os parceiros do G-20, para destravar as negociações da Rodada Doha e obter a liberalização do comércio agrícola, incluindo o fim dos subsídios e das barreiras protecionistas nos países desenvolvidos. Após decisão da OMC favorável ao Brasil, as Comunidades Européias adotaram regulamento que modifica a classificação aduaneira de cortes de frango salgado e congelado, tornando-a menos onerosa aos exportadores brasileiros.

O Brasil atuou na negociação que levou à decisão do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) de perdoar as dívidas de Bolívia, Guiana, Nicarágua, Honduras e Haiti. Em seguimento à iniciativa brasileira da Ação contra a Fome e a Pobreza, foi realizada em Brasília, em julho, a I Reunião Plenária do Grupo-Piloto sobre Mecanismos Inovadores de Financiamento do Desenvolvimento. O Brasil participou ativamente na criação da Central Internacional de Compra de Medicamentos para o combate à Aids, à malária e à tuberculose (Unitaid).

Para coordenar, no âmbito do Ministério das Relações Exteriores, as ações de política externa relacionadas com recursos energéticos e minerais, foi criado em junho de 2006 o Departamento de Energia. Prosseguiram os estudos para a construção do Grande Gasoduto do Sul e a Petrobras encetou conversações com o Governo boliviano relativas à nacionalização dos hidrocarbonetos naquele país. Além disso, foram realizadas reuniões preparatórias para o lançamento do Fórum de Biocombustíveis, iniciativa que visa à consolidação de um mercado internacional para o setor.

Foram organizadas missões empresariais e seminários para estimular os negócios com diversos países: Tunísia, Botsuana, Argélia, Reino Unido, Arábia Saudita, Rússia, África do Sul, Índia, Uruguai, Itália, China e Chile. O Brasil participou de 53 feiras e exposições internacionais ao longo do ano. Cerca de 755 empresas nacionais tiveram oportunidade de promover seus produtos no exterior. Atividades do Programa de Substituição Competitiva de Importações (PSCI) incentivaram o comércio com os países da América do Sul. A Agência Brasileira de Cooperação (ABC) realizou centenas de ações de cooperação em áreas como saúde,

agricultura, formação profissional e energia.

No campo da assistência às comunidades brasileiras no exterior, prosseguiu-se na recuperação da rede consular, de modo a prestar assistência aos quatro milhões de brasileiros que vivem fora do País. Inauguraram-se Consulados-Gerais em Madri, Mendoza, Mumbai e Paris. A operação de retirada de brasileiros do Líbano foi a maior do gênero já executada pelo Brasil, sendo que 2.950 nacionais foram evacuados da zona de conflito e 2.678 transportados para o Brasil.

No plano do combate aos ilícitos transnacionais, o Brasil esteve representado nas reuniões internacionais mais importantes tratando de corrupção, crime organizado, tráfico de drogas, armas, pessoas e migrantes, lavagem de dinheiro e financiamento do terrorismo. O Governo brasileiro instalou o Centro Regional de Inteligência, em Foz do Iguaçu, para combater ilícitos na Tríplice Fronteira.

Em 2007, o Governo brasileiro buscará, em primeiro lugar, acelerar a integração da América do Sul, reforçando a identidade internacional da CASA. Serão feitos esforços para consolidar a Área de Livre Comércio Sul-americana, aprofundando a convergência entre o Mercosul, a Comunidade Andina (CAN) e o Chile. Deve-se também avançar na integração dos setores estratégicos de infra-estrutura (energia, transportes e comunicações) e executar os projetos prioritários, em particular no âmbito da Iniciativa de Integração da Infra-Estrutura Regional Sul-Americana (IIRSA). Parte importante do processo de integração será a implementação de decisões que aumentem os fluxos de pessoas (turistas, empresários, trabalhadores, artistas e estudantes) entre os países sul-americanos.

A consolidação do Mercosul requer o aperfeiçoamento dos mecanismos de redução das assimetrias, como o Focem, e o fortalecimento da União Aduaneira. Merecerão prioridade a integração produtiva e o desenvolvimento de políticas industriais e agrícolas comuns, a fim de aumentar a competitividade do Mercosul e atrair mais investimentos.

O Governo brasileiro continuará a dar impulso à cooperação Sul-Sul e a diversificar suas parcerias. Seguirá fortalecendo o IBAS como foro de articulação de objetivos compartilhados entre Brasil, Índia e África do Sul. Serão identificadas novas oportunidades de negócios e ampliadas as exportações de bens e serviços brasileiros para os países em desenvolvimento. Do mesmo modo, serão reforçados o diálogo político e a cooperação econômica, científica e tecnológica com os BRIC.

Serão também objetivos do Governo, em 2007, continuar a dinamizar os vínculos com o continente africano; promover maior aproximação entre a América do Sul e a África; fortalecer a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP); e desenvolver as relações com a Associação das Nações do Sudeste Asiático (ASEAN) e com os países árabes.

Com os países do G-8, será levada adiante uma agenda de interesses comuns. As relações com os EUA e a Europa serão marcadas por um calendário intenso de visitas de alto nível e ações de cooperação e parceria. Manifestaram intenção de visitar o Brasil, no primeiro semestre de 2007, os Presidentes da Alemanha e da República Eslovaca, bem como o Primeiro-Ministro da Dinamarca. O Papa Bento XVI virá ao Brasil em maio, por ocasião da Conferência Episcopal Latino-Americana, em Aparecida do Norte.

Serão realizadas ações de promoção comercial voltadas para os mercados dos países desenvolvidos. Estão previstos eventos de atração de investimentos na Espanha, Finlândia e Noruega, bem como a modernização da BrazilTradeNet (base de dados sobre

comércio e investimentos). O Brasil continuará a trabalhar para viabilizar uma decisão sobre a ampliação do Conselho de Segurança da ONU ainda na atual LXI Assembléia Geral. Deverá, também, ser mantida a cooperação com o Haiti, com base nos três pilares da política brasileira naquele país: segurança, fortalecimento institucional e desenvolvimento econômico e social.

Quanto às negociações comerciais, o Brasil buscará manter a unidade do G-20 e reforçar sua coordenação com outros grupos de países, sobretudo em desenvolvimento. Será fundamental persistir no combate ao protecionismo – em particular os subsídios agrícolas – e ampliar o acesso aos mercados nos países desenvolvidos.

Serão intensificadas as negociações comerciais entre o Mercosul e a União Européia, a União Aduaneira da África Meridional (SACU), a Índia e o Conselho de Cooperação do Golfo. Será dada, em 2007, continuidade ao estreitamento das relações com a Comunidade do Caribe (Caricom) e o Sistema de Integração Centro-Americano (SICA). Também está prevista a conclusão das negociações para a liberalização do comércio de serviços entre o Mercosul e o Chile.

Em 2007, o Brasil estará na Presidência da VIII Conferência das Partes (COP 8) na Convenção sobre Diversidade Biológica e deverá ter atuação destacada na negociação de um regime internacional sobre acesso e repartição de benefícios. O Governo também atuará nas negociações sobre mudança do clima, para que sejam cumpridas as metas de redução de emissões de gases de efeito estufa previstas no Protocolo de Quioto e defender incentivos positivos para redução de emissões por desmatamento. O Brasil participará do processo de reforma do Fundo Global para o Meio Ambiente (GEF) e irá, ainda, cooperar com os países da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA) em favor do desenvolvimento sustentável da floresta.

Outra meta do Governo brasileiro será intensificar a cooperação técnica, científica e tecnológica, a fim de aumentar a competitividade dos bens e serviços nacionais e dotar de maior autonomia a capacidade tecnológica do País. Serão reforçadas as parcerias de cooperação que incentivem a inovação e o desenvolvimento industrial, especialmente na área de biocombustíveis. Sobre esse ponto, pretende-se realizar Reunião Ministerial para o lançamento do Fórum Internacional de Biocombustíveis, com a participação do Brasil, África do Sul, China, EUA, Índia e União Européia. O Governo brasileiro pretende organizar uma Conferência Internacional sobre Biocombustíveis, a ser realizada no Brasil, no início de 2008. Serão também negociados acordos de cooperação em energia com a Alemanha e a China.

No campo cultural, será preciso ampliar a rede de Centros de Estudos Brasileiros e leitorados, organizar cursos de língua e cultura brasileira (sobretudo na África, América Latina e Caribe), apoiar a exportação da produção audiovisual brasileira e divulgar a criação artística nacional. Será organizado, em 2007, na Argentina, o Mês do Brasil, prevendo mostras de artes plásticas, gastronomia, música e dança, a Semana de Cinema brasileiro e a participação na Feira Internacional do Livro de Buenos Aires. Serão também realizadas, com programação similar, semanas de cultura brasileira na Índia.

2. Soberania

Em 2006, o Exército Brasileiro (EB) continuou o Projeto 2ª Brigada de Infantaria de Selva – São Gabriel da Cachoeira/AM, na Amazônia, concluindo a implantação do Comando da Brigada, da Companhia Comando e do 3º Pelotão de Polícia do Exército. Prevê-se, para o ano de 2007, a continuação desse empreendimento prioritário, com início dos trabalhos de construção da infra-

estrutura do 3º Batalhão de Infantaria de Selva – Barcelos/AM. Ainda nessa área estratégica, prosseguiu-se nas ações relacionadas com a instalação do Pelotão Especial de Fronteira de Tiriós/PA e do Esquadrão de Cavalaria de Selva de Tucuruí/PA.

Na área da Bacia do Prata, em 2006, o Exército concluiu a concentração estratégica dos meios blindados e iniciou os trabalhos de forma a adequar as instalações das Organizações Militares às necessidades operacionais dessas Brigadas. Para tal, ressalta-se o início da construção do 3º Regimento de Carros de Combate na cidade de Ponta Grossa/PR. No Centro-Oeste, foi priorizado o Sistema de Comando e Controle, modificando a sede da 14ª Companhia de Comunicações Mecanizada para a cidade de Dourados/MS. Para 2007, devido à importância estratégica da área, será ativado um Destacamento de Aviação do Exército, embrião de um futuro Batalhão de Aviação do Exército, no Comando Militar do Oeste (CMO).

Com o propósito de melhorar a capacidade técnica e reforçar a assistência de saúde na fronteira amazônica ao pessoal militar e à população civil, incluindo as comunidades indígenas, foram realizados investimentos, adquiridos equipamentos e feitas obras físicas no Hospital de Guarnição de São Gabriel da Cachoeira e no Hospital de Guarnição de Tabatinga, referências para o SUS no Alto Rio Negro e Alto Solimões, e no Hospital de Guarnição de Manaus. Nessa mesma linha de atuação, prosseguiu ação do Governo para incentivar profissionais da área de saúde a prestarem o serviço militar na Amazônia, facilitando a implementação de programas de educação continuada a distância e a participação em pesquisas científicas, além de viabilizar programas locais de residência médica em medicina comunitária e de médico da família.

Em apoio à implantação do SAMU na região amazônica, a Marinha projetou e construiu oito lanchas de apoio médico, conhecidas como “Ambulanchas”, para o Ministério da Saúde, o que vem possibilitando o atendimento móvel de urgência às populações ribeirinhas.

No ano de 2006, foi ampliada a área de abrangência do Programa Calha Norte, que agora conta com a participação de 194 Municípios em seis Estados da Federação. A área de atuação desse abrange, atualmente, 32% do território nacional, onde habitam cerca de oito milhões de pessoas. Também em 2006, foram celebrados 219 convênios com Estados e Municípios integrantes do Programa, no valor aproximado de R\$ 112 milhões, que se destinam a obras que serão executadas ao longo do ano de 2007, e que, somando-se às que se encontram em execução, totalizarão cerca de 340 obras em 2007, na sua vertente civil. A conclusão dessas obras permitirá o atendimento às demandas essenciais nas áreas de educação, saúde, saneamento básico e infra-estrutura para a população atendida pelo Calha Norte. Na vertente militar do Programa, o orçamento de 2007 teve seu valor duplicado em relação ao ano de 2006, o que permitirá um melhor atendimento às demandas das Forças Armadas para a região amazônica.

Foi dada continuidade à realização de exercícios de adestramento combinados, envolvendo as três Forças Armadas, possibilitando a elevação do grau de integração entre elas e, principalmente, dinamizando a eficiência operacional dos meios militares brasileiros. Ressalte-se que essas operações foram sempre direcionadas para as faixas prioritárias do território brasileiro no combate aos delitos transnacionais, como é o caso da Amazônia. Além disso, durante a realização dessas operações, os meios de comunicação, comando e controle das Forças Armadas foram intensivamente testados, relativamente aos seus atributos de segurança e efetividade. Para 2007, está prevista a realização de outras operações militares dessa natureza.

O Exército Brasileiro prosseguiu com a renovação gradual de seu material de emprego militar, priorizando as estruturas

blindadas, de força de paz, de operações especiais e as de infantaria leve e de garantia da lei e da ordem. Visualiza-se, para o exercício de 2007, maior ênfase nas ações voltadas para o reaparelhamento dessas estruturas, a fim de melhor cumprirmos as suas missões e bem representarmos o País no exterior.

No âmbito da construção naval, o Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro prossegue na implementação do Programa Emergencial de Recuperação do Poder Naval (PERPN). No escopo desse Programa estão a construção da Corveta “Barroso”, com cerca de 75% do projeto concluído e com previsão de que seja incorporado à Armada em março de 2008, e do Submarino “Tikuna”, que foi transferido para o setor operativo da Marinha no mês de julho de 2006. Da mesma forma, foi dada continuidade aos projetos de modernização das Fragatas classe “Niterói” e de modernização dos submarinos classe “Tupi”.

No Programa Nuclear da Marinha cabe destaque especial à obtenção da primeira amostra de Hexafluoreto de Urânio (UF6) produzida para o desenvolvimento de elementos combustíveis avançados para as usinas nucleares de Angra. Nessa mesma linha de atuação, a Marinha do Brasil prossegue construindo ultracentrífugas para as Indústrias Nucleares do Brasil (INB).

Deu-se prosseguimento, em 2006, ao Plano de Recuperação Operacional da Força Aérea Brasileira (Profab), destinado à aquisição e modernização de aeronaves de diversas categorias. A chegada dos dois primeiros *Mirage 2000*, adquiridos junto à Força Aérea Francesa como parte das medidas de modernização da Aeronáutica, recuperou, em parte, a capacidade de emprego do meio aéreo em missões de Defesa Aérea. Até o final de 2008, serão incorporados mais dez aviões desse tipo, destinados a proteger o espaço aéreo brasileiro e, ao mesmo tempo, criar um ambiente favorável à consolidação do Projeto F-X, permitindo que o mesmo transcorra de forma segura e sustentada.

Para fortalecer a vigilância da fronteira amazônica, visando combater o narcotráfico, foram adquiridas as aeronaves A-29 Super-Tucano, fabricadas pela Empresa Brasileira de Aeronáutica (Embraer), que deverão equipar três Unidades Aéreas estrategicamente sediadas nas cidades de Boa Vista, Porto Velho e Campo Grande. Até o final de 2006 foram recebidas 38 aeronaves, de um total de 99 previstas em contrato. A compra de aviões P-3A *Orion*, que se encontram atualmente em fase de modernização na Espanha, vem contribuir para a Força Aérea Brasileira dispor de uma aviação de patrulha equipada com o que há de mais moderno no conceito de guerra eletrônica. O processo de modernização tem sido acompanhado por equipe da Aeronáutica e se estenderá por todo o ano de 2007 e 2008.

Com o objetivo de garantir a efetiva presença da Força Aérea nos pontos mais remotos do País, o Governo viabilizou, ainda, a aquisição de aeronaves de transporte. Assim, a chegada em 2006 do primeiro dos 12 aviões C-105 (Casa), de três C-99 Embraer 145, de um C-97 Brasília, além da aquisição de dois C-98 *Caravan* (previsão de chegada até setembro de 2007), ampliou o acervo dos meios aéreos com a capacidade de transportar remédio e alimento, e de propiciar socorro e informação às populações menos favorecidas. É relevante mencionar a aquisição de helicópteros H-60 *Black Hawk*, bem como a modernização dos caças F-5 *Tiger* e dos aviões de transporte C-130. Além disso, buscou-se ampliar a capacidade bélica dos aviões da FAB, com a aquisição dos mísseis *A-Darter* e *Derby*, de Bombas Inteligentes, além de designadores laser e de supressores de defesa, possibilitando a garantia da integridade do espaço aéreo brasileiro, a qualquer tempo e em qualquer parte do País.

No que se refere às relações militares com outros países, as diversas reuniões bilaterais realizadas com os estados-maiores desses

países e as operações multinacionais implementadas obtiveram excelentes resultados e proporcionaram avanços significativos no relacionamento e, sobretudo, no aumento da confiança mútua entre os participantes. Destacam-se, entre os países com os quais se manteve relacionamento de cooperação militar, o Peru, a Argentina, o Chile, o Reino Unido, a França, a Colômbia e os Estados Unidos da América.

Para 2007, as Forças Armadas do Brasil, sob a coordenação do Estado-Maior de Defesa, do Ministério da Defesa, prosseguirão integrando a Minustah. Prosseguirá, também, na preparação do 7º Contingente, que assumirá a missão no mês de junho de 2007. Está em fase de estudos a criação, em 2007, de um Centro Combinado de Preparação de Forças para Operações de Paz, objetivando maior racionalização no emprego dos recursos e o desenvolvimento da doutrina desse tipo de operação.

Em 2006, 91.335 jovens foram selecionados para cumprir o serviço militar obrigatório. O Plano Geral de Incorporação, relativo ao ano de 2007, prevê a prestação do Serviço Militar Inicial por cerca de 58.000 jovens na faixa etária de 19 anos. Dos jovens que prestaram o serviço militar em 2006, 10.697 receberam formação profissional no âmbito do “Projeto Soldado-Cidadão”, desenvolvido pelo Ministério da Defesa, com suporte das Forças Armadas e em apoio ao Programa Primeiro Emprego.

No seu segundo ano de funcionamento, 2006, o Projeto Rondon realizou quatro grandes operações, atuando em 91 Municípios de 19 Estados, envolvendo cerca de 1.500 rondonistas. Dessa forma, consolidou-se como um dos grandes programas educacionais e de desenvolvimento sustentável à disposição da universidade e dos Municípios brasileiros. O programa possibilita também aos jovens universitários conhecer a realidade nacional, aproxima a inteligência acadêmica do município, em busca de soluções sustentáveis para os problemas municipais das comunidades onde se faz presente.

